

*Ler e escrever no mundo rural  
do Antigo Regime: um  
contributo para a história da  
alfabetização e da  
escolarização em Portugal*

Christianni Cardoso Morais\*

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação – Universidade do Minho, 1994.

O presente livro de Justino Pereira de Magalhães traz os resultados de sua tese de doutoramento em Educação, defendida em 1994, na Universidade do Minho. Esta obra inscreve-se no campo de pesquisas sobre História da Alfabetização. Os primeiros trabalhos de História da Alfabetização datam de finais do século XIX, quando os pesquisadores se preocupavam em elaborar taxas de analfabetismo, considerando alfabetização sinônimo de escolarização. A partir das décadas de 60 e 70 do século XX, os

historiadores da alfabetização passaram a se preocupar com duas ordens de questões. De um lado, tomaram como objeto os processos de alfabetização. Reconceituaram esse termo, puseram-se a questionar como, quem se alfabetiza e por quais motivos. Partindo do pressuposto de que as pessoas atingem níveis diferenciados de alfabetização, começaram a estabelecer critérios para medir e comparar esses graus no decorrer

\* Mestranda da FaE – UFMG

de longos períodos da História. As pesquisas tomaram uma roupagem marcadamente interdisciplinar e os historiadores da alfabetização recorreram, cada vez mais, à História Cultural para sua execução. De maneira geral, no campo da História da Alfabetização, observa-se uma “tradição” de estudos comparados. De outro lado, mais recentemente, as pesquisas têm se voltado a questões que se referem à relação estabelecida entre linguagem e pensamento (Viñao Frago, 1993, Magalhães, 1999).

O livro de Magalhães filia-se a esses dois últimos conjuntos de indagações. O autor afirma que, para que seja possível “renovar” o campo da História da Alfabetização em Portugal, torna-se necessário, antes de mais nada, reconceituar o que seja a linguagem oral e a linguagem escrita. A escrita não é um “decalque” da oralidade, mas sim uma reinvenção. Ao contrário da oralidade, a escrita “domestica”, ordena o pensamento e liberta o sujeito alfabetizado da constante utilização de recursos mnemônicos. O escrito é descontextualizado e irrefutável e necessita de local e instrumentos específicos para se efetivar, sendo resultado de um processo de aprendizagem moroso e que necessita de técnicas próprias, de

treinamento, “reforços” contínuos e acompanhamento regular.

Nas mais variadas sociedades onde se difundiu, a escrita foi apropriada pelas esferas do poder, tornando-se a linguagem dominante. Além disso, a prática da escrita constituiu grupos de especialistas que, em diversos períodos, gozaram de reconhecimento social e privilégios. Os que sabiam ler e escrever foram, ao longo do tempo, associados a certas funções socialmente relevantes e a figura do analfabeto foi “inventada”, ficando esses indivíduos relegados a uma situação de inferioridade. O autor define como alfabetizado o sujeito que compreende um domínio mínimo da leitura e da escrita e que conta pelo sistema grafo-numérico, mas admite a existência de níveis diferenciados de capacitação literária. Para pesquisas históricas, diz ser preciso definir esse conceito conforme o período estudado, pois há concepções distintas ao longo do tempo. Atualmente, é em função da escolarização que se define o conceito de alfabetizado. Mas não se pode confundir alfabetização com escolarização. Enquanto este processo caracteriza-se por estratégias organizadas para o ensino, tendendo a proporcionar grande impacto social, os processos de alfabetização são

marcados pela verticalidade social (diferenciação/distinção) e pela ausência de reforços após o aprendizado da leitura e da escrita.

A leitura, apesar de depender do texto escrito para ser efetivada, constitui um campo de análise autônomo em relação ao da escrita. Os processos de aprendizagem dessas duas práticas não são idênticos nem simultâneos. Ler e escrever são habilidades literárias intrinsecamente relacionadas, mas distintas e gradativas. Historicamente, observa-se que nem sempre as figuras de leitor e de escrevente estiveram fundidas na mesma pessoa. Atualmente, vários pesquisadores afirmam que a leitura é uma prática criativa e não passiva, como Michel de Certeau (Certeau, 1994), Roger Chartier (Chartier, 1990), Jean Hébrard (Hébrard, 1996) e do próprio Magalhães (Magalhães, 1994). Mas a leitura foi, por muito tempo, considerada uma prática passiva e, portanto, menos perigosa que a escrita. Esse é um dos motivos pelos quais o ensino da habilidade de escrever foi, durante longo período, mais controlado e mais restrito que o da leitura. Os processos de alfabetização das mulheres são provas disso. Apesar de a relação do sexo feminino com o mundo da palavra escrita não estar tão delineada como a do sexo masculino (tendo como principal barreira a ausência de registros necessários

para as pesquisas), trabalhos como os de Roger Chartier (Chartier, 1996) e António Viñao Frago (Viñao Frago, 1993) apontam para uma "tradição" de mulheres leitoras mas não iniciadas na arte da escrita. Esses autores acreditam na existência de empecilhos morais com relação ao aprendizado da escrita por parte das mulheres. Magalhães chama a atenção para a discriminação que, segundo ele, as mulheres sofriam no período que pesquisou. Segundo o autor, sua alfabetização era, geralmente, feita no mundo doméstico (as escolas femininas datam do reinado de D. Maria I), sendo as esposas e filhas de comerciantes as que mais assinam, pois acabavam por assumir os negócios da família na ausência do marido/pai. Magalhães aponta o estudo da mulher leitora como um caminho ainda a ser percorrido pelos pesquisadores da História da Leitura e da Alfabetização.

A tarefa de ensinar a ler, escrever e contar foi, até o século XIX, desempenhada por clérigos, barbeiros-cirurgiões, tabeliães e outros profissionais não especializados. Apesar de não excluir a existência de diversas maneiras, possibilidades e locais de acesso ao mundo da palavra escrita (como as famílias, as associações e locais de trabalho), o autor diz que os métodos de ensino da leitura e da escrita não variaram muito ao longo da História. A partir da utilização de

escritos de vários autores, dentre eles António Nóvoa (Nóvoa, 1988), essa constatação permite a Justino Magalhães falar da existência de dois métodos de ensino, desde a Grécia Clássica até fins do século XVIII. Somente no decurso dos oitocentos é que se observa a constituição de uma base curricular e a institucionalização de um corpo profissional preparado para o ensino.

No que diz respeito aos dois métodos de ensino citados, no primeiro, "método ortodoxo", aprendia-se a ler iniciando pelo alfabeto. Do alfabeto passava-se às sílabas e destas às palavras. Das palavras, o aprendiz começava a ler frases e pequenos textos, geralmente acompanhando uma "cartilha" ou um cartaz. A aprendizagem da escrita se dava somente depois de se saber ler, o que muitas vezes acabava por não ocorrer, pois antes dessa nova etapa o aluno abandonava as lições (principalmente por motivos econômicos).

O segundo método de ensino iniciava o aluno pelo estudo de seu nome próprio. Era calcado na imitação e memorização e não utilizava materiais didáticos específicos. Foi mais usual no ensino doméstico e parodoméstico, principalmente no ensino das meninas. Ambos os métodos, mas principalmente o segundo, conduzem a estágios intermediários de alfabetização, sendo

muito comum "produzirem" leitores que não sabiam escrever. Somente no decorrer do século XIX tem-se a pretensão de ensinar leitura e escrita ao mesmo tempo, principalmente nas escolas que se orientavam pelo Método de Ensino Mútuo, fato também observado por Viñao Frago. (Viñao Frago, 1999).

Numa perspectiva interdisciplinar, Magalhães mantém uma constante interlocução com a Antropologia, a Sociologia e a História Cultural e utiliza os conceitos de *representação*, *prática* e *apropriação*, assim como faz o historiador francês Roger Chartier. Realiza um estudo comparado e afirma ser imprescindível que se definam de modo rigoroso o período, a zona geográfica e os critérios de comparação. Sua abordagem metodológica é *quanti-qualitativa* e está centrada na *reconstituição demográfica de comunidades* específicas (a Paróquia de São Mateus e São Caetano, no Sul do Pico — Açores; a do Couto de Ronfe; e a de Poiães — Freixo de Espada a Cintra) e num acompanhamento sistemático dos percursos de vida dos indivíduos identificados.

Na medida em que o fenômeno da alfabetização é profundamente marcado pelas permanências ao longo do tempo, Magalhães elege como recorte cronológico um período de longa duração (1680-1850), pois pretende observar

empiricamente não só as permanências, mas as mudanças, e afirma que só de um ponto de vista histórico é que se torna possível observar as descontinuidades do fenômeno da alfabetização.

Para a maioria dos que viveram em períodos históricos pré-estatísticos, o único indício que resta de suas capacidades literárias é a assinatura (chancela). De acordo com Magalhães, em períodos pré-estatísticos, a alfabetização só pode ser estudada por vias indiretas, dadas as dificuldades de se encontrarem fontes que permitam estabelecer séries ao longo do tempo. Em sua pesquisa, a assinatura é tomada como elemento objetivo, pois possui características universais e uniformes. É o indicador mais generalizável, mas também encontra limites, pois restringe-se a alguns grupos sociais e setores sócio-econômicos, além de ser mais comum entre indivíduos do sexo masculino. O autor parte das assinaturas e de suas potencialidades e as transforma em fontes para a História da Alfabetização. Mas alerta que a assinatura em si pouco indica, sendo preciso cruzá-la com outras variáveis, ou seja, Justino Magalhães busca uma "análise fina" do fenômeno do alfabetismo. Para tanto, coteja as assinaturas com variáveis como profissão, estado civil, residência, existência ou não de instituições escolares no espaço geográfico pesquisado etc.

Os estudos de História da Alfabetização têm utilizado de duas formas as assinaturas como fontes, para alcançar objetivos diferentes. Alguns trabalhos procuraram distinguir indivíduos assinantes de não assinantes e consideraram os primeiros como alfabetizados. Outra linha de pesquisa busca utilizar as assinaturas como indicadores intrínsecos de níveis de alfabetismo, o que permite medir os graus de autografia dos indivíduos e grupos estudados. Essa proposta, à qual o presente estudo se filia, se mostra mais refinada e, portanto, de mais difícil execução. Toma por base o traçado gráfico (marcas de correção, rigor, segurança e harmonia da letra). O suporte para este tipo de pesquisa é a Escala de Assinaturas. Magalhães monta suas séries de dados a partir das assinaturas encontradas em fontes paroquiais, como os registros de batismos, casamentos e óbitos. Um dos problemas apontados por Magalhães, com relação à escalas de assinaturas, é que elas geralmente sobestimam o número de escreventes e subestimam o número de leitores que, na medida em que não sabiam escrever, não deixaram registros de suas práticas de leitura ou de seus graus de letramento. Na tentativa de solucionar esse problema, Justino Magalhães traz sua grande contribuição para a História da Alfabetização: a maneira

como consegue validar sua escala de assinaturas e convertê-la em indicador de alfabetismo. Formula uma escala com cinco níveis de chancela e uma escala de alfabetismo correspondente a cada nível de assinatura, levando em consideração fatores internos (conhecimento da "cultura gráfica", ou seja, a caligrafia dominante do período pesquisado) e externos (as profissões, posições sócio-econômicas dos sujeitos estudados, a ocupação de cargos administrativos ou a obtenção de patentes militares, as circunstâncias históricas, os contextos de iniciação à escrita e de reforço) para validar seu instrumento de pesquisa.

Magalhães diz que as conclusões a que chega são provisórias e se referem quase que exclusivamente ao sexo masculino. Desfaz o "mito da alfabetização", quando afirma que não há processo de alfabetização linear e universal, nem alfabetização no vazio. Para o autor, os movimentos de alfabetização inscrevem-se em processos históricos mais amplos, como o urbanismo, o crescimento econômico, a organização dos Estados etc. Irradia das classes mais abastadas para as menos abastadas e dos meios urbanos para os rurais. Segundo os dados pesquisados, os nobres, padres, profissionais liberais, letrados, negociantes e proprietários de terras eram alfabetizados. Fora da cidade, o acesso à

alfabetização restringia-se aos proprietários de bens de raiz e bens móveis.

Dessa forma, sua descoberta central diz que há entre a estrutura sócio-profissional e o nível de alfabetização uma grande correspondência e que diferentes graus de alfabetização estão na base de diferentes níveis de participação social. Fica a certeza de que a alfabetização é um fenômeno cultural que deve ser estudado na longa duração, integrada numa problemática global. Além disso, o autor "ensaia" a periodização do processo de alfabetismo em Portugal, no período pesquisado, e deixa expressa a existência de lacunas e a necessidade de novos estudos desse tipo em outras regiões, para que seja possível o confronto dos resultados e, a partir daí, a elaboração de conclusões mais abrangentes.

#### *Referências bibliográficas*

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1 - artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

- HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Lere escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação - Universidade do Minho, 1994.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes, GALVÃO, Ana Maria Oliveira (orgs.). *Leitura: prática, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- NÓVOA, António. A história do ensino primário em Portugal. Balanço da investigação realizada nas últimas décadas. In: *1º Encontro de História da Educação em Portugal: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, p.45-58.
- VIÑAO FRAGO, António. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- VIÑAO FRAGO, António. Leer y escribir (siglos XIX-XX). In: *Educación em revista*. Belo Horizonte, FaE - UFMG, n. 29, jun. 1999. p.61-82.